

**UCRÂNIA /** Corte de Haia determina a detenção do presidente da Rússia, sob a acusação de envolvimento na deportação de crianças. Kremlin desqualifica a decisão do Tribunal Penal Internacional e afirma que a medida não tem validade jurídica

# TPI emite ordem de prisão contra Putin

» RODRIGO CRAVEIRO

A Segunda Câmara de Instrução do Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia (Holanda), emitiu mandados de prisão contra o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e Maria Alekseyevna Lvova-Belova, comissária presidencial para os Direitos da Infância na Rússia. Ambos são acusados da deportação de crianças de partes da Ucrânia ocupadas pelas tropas de Moscou. "Putin é, supostamente, responsável pelo crime de guerra de deportação ilegal da população (de crianças) e pela transferência ilegal da população (de crianças) das zonas ocupadas da Ucrânia para a Federação Russa", manifestou o tribunal. "Os crimes teriam sido cometidos em território ucraniano ocupado pelo menos desde 24 de fevereiro de 2022. Há motivos razoáveis para acreditar que Putin seja pessoalmente responsável pelos crimes."

Piotr Hofmánski, presidente do TPI, lembrou que o direito internacional proíbe a transferência de civis durante o conflito. "Crianças têm proteção especial sob a Convenção de Genebra. O conteúdo do inquérito é secreto, uma medida para preservar os civis afetados. O TPI confere grande importância à proteção das vítimas, especialmente as crianças. No entanto, os juízes da Câmara que lida com esse caso decidiram tornar sua existência pública, no interesse da justiça e para a prevenção de mais crimes", declarou. Segundo ele, o TPI, na condição de Corte, emite ordens de prisão. "A execução dos mandados depende da cooperação internacional", ressaltou.

A Rússia — não signatária do Estatuto de Roma, que estabeleceu o TPI — negou a validade jurídica do mandado de prisão. "A Rússia, como vários Estados, não reconhece a jurisdição desse tribunal. Do ponto de vista da lei, as decisões dele são nulas", reagiu o porta-voz do governo, Dmitri Peskov. O ex-presidente Dmitri Medvedev dispensou a formalidade ao comentar o documento. "Não há necessidade de explicar onde esse papel deve ser usado", escreveu, no Twitter, com o emoticon de papel higiênico.

Autoridades da Ucrânia celebraram a decisão de Haia. "É só o começo",

Mikhail Metzel/Sputnik/AFP



Vladimir Putin lidera um encontro sobre o desenvolvimento socioeconômico da Crimeia e de Sevastopol, no Kremlin, em Moscou

assegurou Andriy Yermak, chefe de gabinete do presidente Volodymyr Zelensky, por meio do Telegram. Para o chanceler, Dmytro Kuleba, a iniciativa "gira a roda da Justiça". "Os criminosos internacionais terão que responder por ter roubado crianças e cometer outros crimes internacionais", declarou.

## Crimes de guerra

Por telefone, Oleksandra Matviichuk (leia Duas perguntas para) — chefe da ONG ucraniana Centro pelas Liberdades Civis (CCL), uma das ganhadoras do Prêmio Nobel da Paz em 2022 — afirmou ao **Correio** que a decisão do TPI é "muito importante". "A partir de agora, Putin passa a ser reconhecido como suspeito de crimes de guerra. Não se trata mais apenas de uma declaração política. É uma declaração legal, jurídica, emitida pelo Tribunal Penal Internacional."

Doutora em relações internacionais pela London School of Economics (LSE) e professora da ESPM-SP, Carolina Pavese concorda com Matviichuk, apesar de admitir que o mandado de prisão tem pouca capacidade de ser aplicado. "Ela não pode ser subestimada. Sua relevância se deve pelos pontos de vista moral e político, além do aspecto legal. Do ponto de vista moral, é mais um instrumento para reforçar uma narrativa que condena não somente a invasão russa à Ucrânia, como também as práticas empregadas pela Rússia no conflito", explicou ao **Correio**. "Isso dá força a uma narrativa para deslegitimar Putin."

Segundo Pavese, a decisão do TPI reforça um movimento de impulsionar países neutros ou que não se colocaram contrários à Rússia ou favoráveis à Ucrânia a mudarem seu posicionamento. "Isso vale para casos de nações, como o Brasil. Politicamente, isso leva a um

maior isolacionismo e a uma percepção da Rússia como inimigo a ser combatido", comentou a especialista. Na próxima semana, o presidente da China, Xi Jinping, fará uma visita oficial a Moscou.

Sob o ponto de vista político, Pavese destaca que o TPI é uma organização multilateral formada por 123 países. "A Corte de Haia goza de legitimidade internacional ampla e se posiciona com uma decisão que recrimina Putin. No âmbito legal, vemos certa ambiguidade nessa decisão. Por um lado, ela é muito clara na condenação. Mas, tem pouca capacidade de ser colocada em prática, pois a Rússia não é membro signatário do Estatuto de Roma, não pertence ao tribunal e não reconhece a legitimidade. Ontem, um dia depois de a Polônia anunciar o envio de quatro caças MiG-29 à Ucrânia, a Eslováquia anunciou a entrega de 13 aviões de guerra do mesmo modelo para Kiev.

## DUAS PERGUNTAS para

**OLEKSANDRA MATVIICHUK, CHEFE DA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL UCRANIANA CENTRO PELAS LIBERDADES CIVIS (CCL), UMA DAS GANHADORAS DO PRÊMIO NOBEL DA PAZ EM 2022**



Sergei Caponi/AFP

## O Centro pelas Liberdades Civis chegou a documentar a deportação de crianças por parte da Rússia?

Durante o curso da guerra, apesar da dificuldade em rastrear as atrocidades cometidas pela Rússia, sabíamos que a deportação ilegal de crianças ucranianas era um problema imenso. Isso é parte de uma política consciente, por parte da Rússia, para modificar a identidade da Ucrânia. Os investigadores do Tribunal Penal Internacional (TPI) apuraram como as crianças ucranianas foram colocadas em campos para educação, instalados pela Rússia. Isso é parte de uma política de genocídio: destruir a nação ucraniana.

## De que modo essa decisão de Haia pode reforçar o isolamento de Putin?

Esse decisão terá impactos a longo e a curto prazo. A longo prazo, eu devo dizer que o regime totalitário (de Putin) entrará em colapso, e seus líderes, que têm sido vistos como intocáveis, serão levados ante a Corte. A curto prazo, o mandado de prisão é muito importante porque ainda há alguns líderes políticos no mundo que desejam fazer negócios com a Rússia, por causa de interesses comuns ou de laços com a corrupção. Agora, será mais difícil para eles fazerem transações comerciais com a Rússia, com um suspeito de crime de guerra. (RC)

## Conexão diplomática



por Silvío Queiroz  
silvioqueiroz.df@gmail.com

## Olhos abertos para o Oriente

Nos dias que antecedem o aguardado embarque de Lula para Pequim, no próximo domingo, as atenções dos formuladores da política externa brasileira se voltariam naturalmente para o Oriente. O noticiário dos últimos dias calibrou a bússola para a direção exata de Moscou. Na semana que entra, o presidente Vladimir Putin recebe o colega chinês, Xi Jinping, que faz a primeira grande viagem ao exterior desde a pandemia da Covid-19 — reforçado pela confirmação, nos últimos meses, do inédito terceiro mandato como chefe de Estado, além de líder máximo do Partido Comunista.

Pela perspectiva do Planalto e do Itamaraty, um primeiro objeto de atenção é o que dirão sobre a guerra na Ucrânia os dois parceiros do Brics. Nas últimas semanas, a China apresentou uma proposta para a retomada de negociações diretas entre os governos de Moscou e Kiev, recebida com quase nenhum entusiasmo pelos EUA e aliados ocidentais. Ainda assim, foi mais um entre os passos recentes de Xi para afirmar a nova posição que o império milenar enxerga para si no mundo do século 21.

Coincidindo com o movimento da

diplomacia chinesa, o Brasil sambou fora do compasso dos quatro sócios no bloco emergente. Em votação na Assembleia Geral da ONU, alinhouse com Washington e a Europa para aprovar, por ampla maioria, uma resolução que condena a invasão russa e determina a retirada das tropas do território ucraniano. Moscou, naturalmente, votou contra. China, Índia e África do Sul optaram pela abstenção.

Embora não tenha a força impositiva das decisões tomadas no Conselho de Segurança, o texto serviu para demarcar uma diferença clara de enfoque entre a diplomacia brasileira e a dos parceiros naquele que é visto, por aqui, como um dos círculos concêntricos que desenharam a estratégia traçada para a reinserção do país no cenário internacional.

## Negócios à parte

Por fora das considerações sobre a Ucrânia, tema no qual o governo brasileiro fez apenas um gesto simbólico — a proposta de um "clube da paz", integrado por países não alinhados a alguma das partes —, olhos e ouvidos estarão mais

do que abertos aos sinais emitidos na capital russa sobre cooperação econômica. Oficialmente, Putin e Xi terão na agenda a conclusão e eventual assinatura de acordos complementares à ambiciosa parceria "sem limites" firmada há pouco mais de um ano, em Pequim — às vésperas do avanço sobre a Ucrânia.

Em especial, é para a esfera do Brics que olham Lula, o assessor especial Celso Amorim e o chanceler Mauro Vieira. Entre as numerosas — e disputadas — vagas na comitiva, uma está reservada para a ex-presidente Dilma Rousseff. Bancada pelo mentor político, ela assumirá o comando do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelo bloco quando Dilma ocupava o Planalto. A sede da instituição, em Xangai, faz parte da etapa econômica da visita, que atia o apetite de empresários de mais de 100 setores da economia, ávidos por acompanhar o presidente e pegar carona em sua ofensiva para fechar negócios e atrair investimentos.

## Na vitrine

Ministros e governadores de estado aguardavam até os últimos dias a confirmação da lista de convidados para a terceira viagem oficial do mandato iniciado em janeiro, depois da turnê por

Argentina e Uruguai e da breve visita a Washington. Pela duração — de 26 a 31 de março — e pela agenda, será ocasião para dar visibilidade política e afirmar prestígio.

De certo, estarão no voo 27 congressistas — apenas cinco deles do PT, um a menos que o contingente do PSD. Entre os aliados no campo da esquerda, o PCdoB terá dois deputados e a Rede, um. O o PSB, que integrou a coligação vitoriosa em outubro, e o PSol, que deu apoio eleitoral mas não integra formalmente o governo, ficaram de fora. Assim como o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, que divide com o partido de Lula a posição de maiores bancadas na Câmara.

## Trilha milenar

As expectativas do Planalto e da equipe econômica ganharam novo alento com dois movimentos recentes do regime comunista de Pequim, ambos indicando uma vez mais a intenção clara de se firmar como um dos polos de poder na nova ordem internacional. Sem maior alarde na mídia, a China costurou uma bem-sucedida reaproximação entre o Irã, um aliado que cresce de importância na estratégia de Xi, e a Arábia Saudita, que restabeleceram relações

diplomáticas após sete anos.

Ambos os países estão no mapa da ambiciosa iniciativa chinesa para restabelecer a Rota da Seda, que na antiguidade levou mercadorias do Extremo Oriente até o Império Romano, e séculos mais tarde levou ao Pacífico pioneiros do Renascimento Comercial europeu, como Marco Polo. A Nova Rota da Seda, oficialmente batizada de Cinturão e Rota, retoma a trilha milenar, cruzando a Ásia Central e a Pérsia, e tem na extremidade ocidental a Península Arábica — plataforma para atingir pelo mar a Europa Ocidental e as Américas.

Na semana que termina, o presidente chinês aproveitou uma teleconferência com representantes de partidos políticos dos cinco continentes para expor as bases ideológicas de sua diplomacia no próximo mandato. Renovou a promessa de "apoio e ajuda aos países em desenvolvimento" para que busquem "os próprios caminhos" de industrialização e modernização. Mas não deixou de oferecer "soluções chinesas" ao desafio de "reduzir as distâncias (socioeconômicas) entre Norte e Sul". E, em aparente alfinetada às potências ocidentais, garantiu que seu país, "não importa o nível de desenvolvimento que alcance, nunca buscará hegemonia ou expansionismo colonial".